**O MST e a Educação**

 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne diferentes categorias de camponeses pobres e também diversos lutadores sociais na luta pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. Para Fernandes (2012, p.496), o MST originou-se nas diferentes formas de lutas, organizadas por grupos de camponeses em todo o país, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A luta deste movimento vai além da conquista da terra, ela está dimensionada em vários setores de atuação como a produção, a cultura, a saúde, a educação, a políticas agrícolas, etc., o que torna este movimento um importante agente da ressocialização e do desenvolvimento territorial no Brasil. Para Fernandes,

O MST se consolidou como um movimento camponês de identidade diversa por reunir pessoas de todas as regiões do Brasil. Suas ações têm contribuído para o desenvolvimento dos territórios camponeses e do país. Os investimentos na produção, infraestrutura, educação e saúde, feitos por meio da organização de sua sociedade, transformaram o MST em um dos movimentos mais admirados pela população. (2012, p. 498/499).

 Tratando da educação, está se tornou uma das prioridades do MST, desde os primeiros acampamentos. Para Kolling, Vargas e Caldart (2012, p.500/501), “a história da educação no MST tem relação direta com o percurso do movimento como um todo”. A luta pelo direito a educação e pelo acesso a escolas públicas, entra na agenda do MST logo nas primeiras ocupações, onde se percebe a necessidade do cuidado pedagógico e do acesso ao conhecimento para as crianças e jovens dos acampamentos, e para organizar esta luta, foi criado o Setor de Educação no movimento, que teve a seguinte trajetória:

No início, na década de 1980, a visão da necessidade e do direito ia até a educação fundamental para crianças e adolescentes. Aos poucos, na década de 1990, foi aparecendo com maior força a questão da alfabetização e da educação de jovens e adultos, que, em experiências pontuais, também já acontecia desde os primeiros acampamentos. Depois, veio a preocupação e o trabalho com a educação infantil e, mais recentemente, com a educação universitária. Na educação de nível médio, o trabalho começou com cursos alternativos para a formação dos professores das escolas conquistadas, e logo se estendeu a formação de técnicos para as experiências de cooperação dos assentamentos. No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, começaram as lutas especificas pelo ensino médio nas áreas de Reforma Agrária ou, mais amplamente, pela conquista de escolas de educação básica, incluindo todas as suas etapas. (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 501).

 Em balanço realizado pelo MST, hoje existem cerca de 1.800 escolas públicas, estaduais e municipais, dentro dos assentamentos e acampamentos, onde estudam cerca de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos. Estima-se ainda que aproximadamente cerca de 8 mil educadores que atuam nessas escolas foram formados direta ou indiretamente através da luta. Para Kolling, Vargas e Caldart (2012, p. 502), a luta do MST por garantir escolas dentro dos assentamentos e acampamentos tem universalizado o acesso das crianças aos anos iniciais do ensino fundamental. Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o MST percebeu que era preciso uma articulação maior, que envolvesse outras comunidades. Assim foram criadas escolas como polos regionais, envolvendo diferentes assentamentos e estudantes de outras comunidades de camponeses, pensando a educação em um sentido mais amplo.

 A organização dos coletivos de educação que vão desde o nível local até o nacional, com a tarefa de contribuir na mobilização e reflexão sobre a questão da educação, fortalecem o princípio organizativo do MST em relação, tanto a questão educacional, quanto as outras questões da vida social. Aos poucos e através da luta, foi possível recolocar a questão da educação dos povos do campo na agenda das Secretarias e Conselhos municipais e estaduais de Educação e do próprio Ministério da Educação (MEC). A pressão por políticas públicas para a população do campo tem sido ferramenta fundamental para o avanço das conquistas para os trabalhadores camponeses.

 Percebe-se que no começo a luta dos sem-terra pela garantia de escolas era mais uma luta por direitos sociais, porem logo perceberam que ter um lugar garantido na escola não era suficiente. Nas escolas tradicionais não têm lugar para os sujeitos do campo, pois a pedagogia destas escolas, na maioria das vezes, não conhece ou desrespeita a realidade e as especificidades do campo, e eles precisavam sentir-se parte da escola, representar-se em sua própria pedagogia. Nesse processo de ocupação da escola, o MST produziu reflexões que mostraram a necessidade de se pensar uma educação centrada no desenvolvimento pleno do ser humano e na construção de novas relações sociais. Para Kolling, Caldart e Molina,

Isso levou a refletir sobre o conjunto de práticas que faz o dia a dia dos Sem Terra e a extrair dele lições de pedagogia que permitem qualificar a intencionalidade educativa do movimento, pondo em ação diferentes matrizes constituidoras do ser humano: trabalho, luta social, organização coletiva, cultura, conhecimento, história... (2012, p. 505).

 Portanto, a escola que se busca no MST, é uma escola que envolve várias práticas educativas emancipatórias, que não é fechada em si, que está vinculada a produção da existência social e a formação do ser humano. Diante do desafio proposto, tornou-se preciso construir um projeto de educação que inclua os interesses sociais dos povos do campo, e ao encontro deste projeto, está a Educação do Campo.

 A Educação do Campo, trata-se de um projeto de educação ainda em construção, que tem como protagonizantes, os trabalhadores do campo e suas organizações. Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 12), afirmam que a Educação do Campo nasce de outro olhar sobre o campo e seus sujeitos, “um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos”.

 O desenvolvimento do campo é uma realidade que começa a ser construída, portanto, exige uma educação que prepara seus sujeitos para esta nova realidade. Uma educação que garanta o direito ao conhecimento, mas também ao fortalecimento e valorização das práticas culturais existentes no campo. A Educação do Campo é entendida como

um movimento de ação, intervenção, reflexão, qualificação que tenta dar organicidade e captar, registrar, explicitar e teorizar sobre os múltiplos significados históricos, políticos e culturais (consequentemente formadores, educativos) da dinâmica em que outras mulheres, outros homens, vem se conformando no campo. A Educação do Campo traz, então, uma grande lição e um grande desafio para o pensamento educacional: entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 12/13).

 Trata-se da necessidade de construir uma escola que garanta o direito ao conhecimento, a ciência e a tecnologia, que amplie as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e das comunidades, mas que ao mesmo tempo, reafirme os povos do campo como sujeitos de seu próprio destino e o campo, como um lugar privilegiado, de valores e culturas específicas. Para isso, é necessário que haja políticas públicas que garanta escolas públicas de qualidade, que eduque a partir dos diferentes sujeitos do campo e seus contextos.

**Eloísa A. Cerino Rosa Lima** - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Curso de Geografia – Unesp

**Eloide Aparecida Carvalho Camargo** – Licenciada em História - Unopar

**Eleonora Osana Moreira da Rosa** – Licenciada em Letras – ULBRA